

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 039

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 06 DE MAIO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**NELSON JUSTUS**

1º Vice-Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

2º Vice-Presidente - PMDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUÍZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 034ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
06 DE MAIO DE 1999**

*(quinta-feira)*

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Beto Richa.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 829**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Ten. Cel. QOPM Aramis Linhares Serpa, alusivos a posse no Comando do Batalhão de Polícia Rodoviária, que ocorrerá no próximo dia 11 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1401, CEP 80230-110, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 825**

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Heinz George Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a adoção dos procedimentos para viabilizar a liberação de recursos para a execução das obras de pavimentação asfáltica do Contorno Norte/Sul, ligando a Rodovia PR 542 com a Rodovia Branco Mendes, no Município de Colorado.

A obra em questão é uma antiga reivindicação da comunidade e necessária para o desvio do tráfego de veículos pesados que estão causando sérios danos aos pavimentos das ruas do perímetro urbano, que além de causar poluição residual e sonora, colocam em risco a segurança da população.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Vereador Wilson Moreira Dimartini, a Av. Brasil, 1250, Colorado/PR, CEP 86690-000.

Sala das Sessões, em 06.05.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

**REQUERIMENTO Nº 826**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, reforçando solicitação de recursos para aquisição de equipamentos para a Polícia Militar do Município de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 06.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Conselheiro Mairinck, localizado no Norte Pioneiro do nosso Estado, necessita de recursos para aquisição de equipamentos para o destacamento da Polícia Militar.

Com este objetivo, foi apresentada ao Orçamento do Governo do Estado para o exercício financeiro de 1999, Emenda de nº 9100, acolhida dentro do projeto Atividade 1033 da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Processo solicitando recursos financeiros de R\$16.000.00 destinado a esta finalidade, foi protocolado naquela Secretaria de Estado da Segurança Pública, sob nº 3.931.951-9 e solicitamos reforço deste Poder Legislativo à nossa solicitação.

#### REQUERIMENTO Nº 827

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, reforçando solicitação de recursos para aquisição de caminhão coletor de lixo, do Município de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 06.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Conselheiro Mairinck, localizado no Norte Pioneiro do nosso Estado, necessita de recursos para aquisição de um caminhão coletor de lixo.

Com este objetivo, foi apresentada ao Orçamento do Governo do Estado para o exercício financeiro de 1999, Emenda de nº 6098, acolhida dentro do projeto Atividade 2354 da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Processo solicitando recursos financeiros de R\$40.000.00 destinado a esta finalidade, foi protocolado naquela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, sob nº 3.931.950-0 e solicitamos reforço deste Poder Legislativo à nossa solicitação.

#### REQUERIMENTO Nº 828

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Saúde, reforçando solicitação de recursos para aquisição de medicamentos, para o Município de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 06.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Conselheiro Mairinck, localizado no Norte Pioneiro do nosso Estado, necessita de recursos para aquisição de medicamentos para

que possa prestar atendimento na área de saúde às pessoas carentes.

Com este objetivo, foi apresentada ao Orçamento do Governo do Estado para o exercício financeiro de 1999, Emenda de nº 6123, acolhida dentro do projeto Atividade 2237 da Secretaria de Estado da Saúde.

Processo solicitando recursos financeiros de R\$63.200.00 destinado à esta finalidade, foi protocolado naquela Secretaria de Estado, sob nº 3.931.947-0 e solicitamos reforço deste Poder Legislativo à nossa solicitação.

#### REQUERIMENTO Nº 830

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à FUNDEPAR, reforçando solicitação de recursos para manutenção de transporte escolar, do Município de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 06.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Conselheiro Mairinck, localizado no Norte Pioneiro do nosso Estado, necessita de recursos para manutenção de transporte escolar.

Com este objetivo, foi apresentada ao Orçamento do Governo do Estado para o exercício financeiro de 1999, Emenda de nº 7126, acolhida dentro do projeto Atividade 2158 da FUNDEPAR.

Processo solicitando recursos financeiros de R\$40.000.00 destinado a esta finalidade, foi protocolado naquela Secretaria de Estado, sob nº 3.931.949-7 e solicitamos reforço deste Poder Legislativo à nossa solicitação.

#### REQUERIMENTO Nº 831

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Agricultura, reforçando solicitação de recursos para apoio à pequena propriedade rural, para o Município de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 06.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Conselheiro Mairinck, localizado no Norte Pioneiro do nosso Estado, necessita de recursos para apoio à pequena propriedade rural, com a finalidade de desenvolver a agricultura do município, através do incentivo ao pequeno produtor.

Com este objetivo, foi apresentada ao Orçamento do Governo do Estado para o exercício finan-

ceiro de 1999, Emenda de nº 610, acolhida dentro do projeto Atividade 2326 da Secretaria de Estado da Agricultura.

Processo solicitando recursos financeiros de R\$80.000.00 destinado à esta finalidade, foi protocolado naquela Secretaria de Estado do Agricultura, sob nº 3.931.952-7 e solicitamos reforço deste Poder Legislativo à nossa solicitação.

## Projeto de Lei:

Projeto de Lei nº 225/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres São José, do Colégio Estadual Duque de Caxias, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

### JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, vem, há muito tempo, desempenhando com muita presteza e eficácia, os objetivos para os quais foi criada.

A documentação que anexamos à presente proposição atesta o cumprimento dos requisitos exigidos pela lei nº 6994 com as alterações da Lei nº 8589, e registra ainda, o empenho e dedicação dos integrantes da atual diretoria, que sem qualquer tipo de remuneração ou vínculo financeiro, nas horas de folga de suas atividades particulares, encontram tempo disponível para dedicarem-se com afinco na busca de soluções para os problemas da comunidade.

Com esse projeto de lei, buscamos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder a ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem tempo suficiente e méritos semelhantes.

É a nossa justificativa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Vamos ler uma nota aqui, Sr. Presidente, chamada "Nota de alerta à opinião pública do Paraná",

para tornar registrada nos Anais desta Casa e depois vamos distribuir à imprensa. Uma nota feita pela Bancada Ruralista desta Casa.

(Lê):

"Nota de alerta à opinião pública do Paraná  
O MST está acima da Lei?"

"Territorialização é o processo de conquista da terra. Cada assentamento conquistado é uma fração de terra que passa a ser trabalhada pelo Sem-Terra. O assentamento é um território dos Sem-Terra". (Cartilha da Ação do MST)

A demagogia, aliada à permanente ação paramilitar, transformaram o Movimento dos Sem-Terra em uma entidade que não consegue mais dissimular seus propósitos. Quem encontrou na reforma agrária o discurso que iludiu milhares de pessoas humildes, hoje prega abertamente a mudança de regime em nosso país. Não serve mais a terra, o crédito e o apoio governamental. É preciso ir além, subvertendo a ordem e impondo à sociedade um sistema arcaico, de resto abandonado pela sua falência prática. Não bastasse a arrogância de quem pretende criar "territórios" acima da lei nacional, ainda temos o vandalismo como forma de intimidação: o desmatamento de áreas de preservação, o desmanche de implementos agrícolas e o roubo de gado são constantemente denunciados pela imprensa. Será essa a reforma agrária pretendida pelo povo brasileiro? Certamente, não.

Ao ultrapassar a linha que o separa de um movimento de reivindicação social e transformar-se em uma milícia cujo objetivo é consolidar-se, cria insegurança entre proprietários rurais e urbanos e, paradoxalmente, se transforma em um entrave para o avanço da reforma agrária. O diálogo e a negociação, sempre presentes nas ações do governo, não encontram guarida em um movimento que se vangloria de ter "recuperado o argumento de que a reforma agrária somente avançaria com a luta de massa, (sic) com mobilizações massivas, com ocupações, com a luta direta, com a ação das massas" (Cartilha de Ação do MST).

O governo não vai se deixar levar pelo discurso da aprovação e chegar ao confronto que só interessa a uma minoria radical e barulhenta. A incitação à violência é uma atitude irresponsável, que pode redundar num lamentável derramamento de sangue, e deve ser imediatamente abandonada. a sociedade, organizada em poderes legitimamente constituídos, apoia a reforma agrária. Sua concretização, contudo, não pode afrontar a lei. O respeito aos preceitos constitucionais, a obediência ao desejo da maioria e a ação civilizada e ordeira são valores que não podem ser desprezados.

A democracia e a lei não estão a serviço de alguns; a manutenção de uma e o respeito à outra são fruto da determinação de um povo que preza a

ordem constitucional; e devem ser resguardados por todos os que valorizam a liberdade. O MST não pode ser uma exceção, sob pena de entrar para a história pelo caminho obscuro dos que se julgam acima do bem e do mal.

Curitiba, 5 de maio de 1999.

Grupo de Coordenação da Bancada Ruralista da Assembleia Legislativa do Paraná.”

DIVANIR BRAZ PALMA - PPB

PLAUTO MIRÓ GUIMARAES - PFL

LUIZ ACCORSI - PTB

HERMAS BRANDÃO PTB

MILTINHO PUPPIO - PTB”

Essa nota, Senhor Presidente, será encaminhada à imprensa.

Quero aproveitar o ensejo para salientar que no dia de ontem o Senhor José Carlos assumiu a Superintendência do INCRA no Estado do Paraná, tem a consciência, a tranquilidade e a garantia de se desenvolver um trabalho a contento para as duas alas. Ala daqueles que querem a sua porção de terra dentro do Estado do Paraná e que realmente sejam oriundos da terra e sejam pessoas aqui do nosso Estado. E também dos proprietários rurais que não podem ser prejudicados pela ação desse Movimento Sem-terra que invade áreas produtivas e é isso que não queremos. Queremos sim uma Reforma Agrária séria, concreta, que venha beneficiar aqueles que tem origem na Terra e não penalizar as propriedades produtivas do Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa anuncia com satisfação a presença dos Vereadores de São Jerônimo da Serra: Adir, Djalma, Júlio, companheiros do Deputado Hermas Brandão. Sejam bem-vindos à Casa.

É com muita alegria, com muita honra para nós, anunciamos a presença do Deputado Estadual Adenor Vieira, 1º vice-Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais.

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti, e em seguida ouviremos a palavra do Deputado Adenor Vieira.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente Nelson Justus, 1º Secretário Algaci Tulio, 2º Secretário Beto Richa, Senhores Deputados.

Para nós é uma satisfação muito grande recebermos na Assembleia Legislativa do Paraná, na Sessão Plenária desta quinta-feira, a presença do Deputado Adenor Vieira, do Estado de Santa Catarina, hoje nosso 1º vice-Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais e certamente nosso

futuro presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais.

O Deputado Adenor Vieira é um Deputado de diversos mandatos em Santa Catarina, e sempre se preocupou e ocupou com as questões ligadas aos interesses das Assembleias Legislativas, do Parlamento Estadual e conseqüentemente os interesses também no trabalho do dia-a-dia dos Senhores Deputados Estaduais. Foi um dos baluartes da nossa União Parlamentar Interestadual, UPI, que coordenou todo o trabalho para que tivéssemos a União do Colégio de Presidentes e da UPI; para que surgisse a UNALE.

E hoje, ele vem ao Estado do Paraná, como já fez em tantas outras oportunidades, para falar a respeito do trabalho que vem desenvolvendo à nossa Entidade, União Nacional dos Legislativos Estaduais. Vem aqui para trocar experiências, conversar conosco a respeito da conferência nacional dos Legislativos Estaduais que acontecerá ainda esse mês no Recife, e também trocar experiência no campo da Previdência Parlamentar, no campo dessas reformas que se discute a nível de Senado Federal, como bem lembrava ainda há pouco o Deputado Durval Amaral, a Emenda apresentada pelo Senador Geraldo Autofe, que limita evidentemente os recursos aos Legislativos Estaduais e Municipais.

Então, encareço aos Senhores Deputados para que tenham a devida atenção, pois a presença do Adenor Vieira na Sessão de hoje, no meu entendimento é muito importante para os interesses do Poder Legislativo e para os interesses e as necessidades que temos nós os Deputados Estaduais.

Então peço ao Deputado Adenor Vieira que assuma a tribuna para se manifestar junto aos Deputados Estaduais do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o nosso ilustre visitante. Primeiro vice-Presidente da UNALIE, Deputado Estadual por Santa Catarina, Deputado Adenor Vieira.

O SR. ADENOR VIEIRA

Senhor Presidente nobre Deputado Nelson Justus, Senhores Deputados que secretariam à Mesa nesta sessão, saudando o Deputado Orlando Pessuti. Quero saudar a todos demais colegas Deputados desta colenda Casa e dizer da minha satisfação de poder retornar ao nosso querido e vizinho Estado do Paraná, a esta Casa Legislativa que tanto tem honrado os Legislativos Estaduais, no conceito dos 27 Estados da nossa Federação.

Trago a saudação do nosso Presidente Deputado Gilmar Knesel, que envia um abraço a todos os

Senhores Parlamentares. Trago também a saudação do Presidente da UNALE, Deputado Miguel Martini, que igualmente envia um abraço a todos os colegas parlamentares.

Como dizia o Deputado Orlando Pessuti, estamos envolvidos com a UNALE a partir da extinta UPI, e do extinto Colégio de Presidentes das Assembléias Legislativas do Brasil. Nós naquela época, entendíamos que deveríamos somar os esforços e fazer da UPI e do Colégio de Presidentes das Assembléias Legislativas um único órgão que pudesse representar o anseio, não só dos Deputados Estaduais, se não também das Assembléias Legislativas, que têm muito em comum, que precisam muito trabalhar de forma unida. Por essa razão, com apoio desta Casa, a Assembléia Legislativa do Paraná, destacando a presença constante do Deputado Orlando Pessuti, que sempre dignificou esta Casa, não só aqui, mas fora do Estado, sempre bem representou, levou o pensamento do povo paranaense. Pudemos então constituir a União Nacional dos Legislativos Estaduais. Esta instituição que a cada dia que passa, vem se fortalecendo, buscando assim, fazer com que haja um elo de ligação, não só entre os Poderes constituídos na esfera Federal, mas também a nível Municipal. Até porque estamos no epicentro dessa esfera e nós então podemos fazer a ligação com os parlamentares municipais, ou seja os vereadores e também com os Parlamentares Federais. Para comprovar - apenas esse fato, gostaria de dizer, que na semana passada, em Brasília, foi constituída a Frente Parlamentar na Câmara Federal, em defesa dos Legislativos Estaduais. Hoje os Legislativos Estaduais já têm no Congresso Nacional, mais precisamente na Câmara Federal uma Bancada que é expressiva. Já na sua formação tivemos algumas dezenas de parlamentares que conhecem as dificuldades dos Deputados Estaduais das Assembléias Legislativas. Que sabem que a cada dia que passa estamos perdendo o poder de Legislar. A concentração do Poder na esfera Federal é muito grande. Estão tirando tudo dos Legislativos Estaduais, dentro de mais alguns dias, quem sabe, nós os Deputados Estaduais, vamos servir apenas para declarar entidades de Utilidade Pública ou nominar rodovias, pontes e quaisquer outras ações de menor importância. Por quê? Porque o Congresso e o Poder Central, cada vez mais está absorvendo o nosso poder de legislar. E, nós queremos enquanto UNALE, fazer com que os Estados, possam reaver este poder. Possamos legislar com mais profundidade sobre questões regionalizadas. Não é possível um país como o nosso, o Brasil, que é um país continental, que tem diferenças mil em todas as áreas étnicas, religiosas, geográficas, climáticas. Enfim em todos os sentidos, nós somos

uma união, mas essa união é pela capacidade pelo coração da nossa gente, mas temos diversidades e precisamos legislar dentro dessas diversidades.

Por isso a UNALE está trabalhando nessa direção também, para que o poder de legislar seja ampliado para os estados.

Com isso essa frente Parlamentar, principalmente de Deputados que já passaram pelas Assembléias Legislativas e sentiram essa dificuldade de legislar, por exemplo, na questão do meio ambiente. Não podemos tratar a questão da Amazônia, com a questão da nossa Mata Atlântica, aqui. Nem podemos tratar a questão do Cerrado, com a questão da Mata Atlântica ou a questão da nossa Região Amazônica. A questão de trânsito, a questão de saúde. Enfim, a própria educação que um fator preponderante importantíssimos, nós também não podemos tratar de apenas uma legislação única, mas devemos fazer com que os nossos estados que são federados, que são unidos na nossa Federação, mas possam ter dentro das suas diferenças regionalizadas, possam ser contemplados com legislações específicas, que possam sim, viabilizar a melhoria de qualidade de vida para gente dos seus respectivos estados, das suas respectivas regiões.

Tivemos um exemplo disso quando discutimos aqui nesta Casa, enquanto ainda embrionária a UNALE, a questão da Segurança Pública, cujo Seminário foi da maior importância. E nós sabemos que se ainda não colhemos todos os frutos, mas a semente foi plantada e esta árvore está crescendo. Mais dia ou menos dia nós vão ter legislações diferenciadas na questão da Segurança Pública, principalmente no que diz respeito a questão de "DROGAS", que acho que é uma questão fundamental e que nós nas Casa Legislativas precisamos tratar com mais propriedade.

Estamos vendo as nossas crianças sendo assaltadas todos os dias nos estabelecimentos de ensino. Longe dos nossos olhares paternos. Dizia, ainda, na semana passada, ao meu Governador que nós precisamos e vamos fazer, se Deus quiser, em Santa Catarina uma grande cruzada antidroga. Nós precisamos tratar da questão das drogas, em três frentes ou seja: A primeira frente a prevenção a segunda frente a recuperação; a terceira frente a repressão.

Mas temos limite, principalmente na questão da repressão. porque quando passa o limite territorial, aí a polícia fica impotente, impossibilitada, de realizar o seu trabalho. Então nós precisamos mudar um pouco esse conceito também na legislação, no que diz respeito à segurança da nossa gente.

Só para citar alguns poucos dos muitos exemplos que nós poderíamos, até dar.

A outra questão é a própria sobrevivência dos legislativos e a autonomia que nós estamos perdendo. A Emenda nº 19, que remete hoje para os Executivos, a sanção de qualquer ação relativa a matéria financeira dos Poderes Legislativos.

Hoje, dependemos, já não é mais um poder independente o Legislativo nesta questão já depende do Executivo. E nós sabemos que quando há questões de divergências ideológicas, muitas vezes nós vamos encontrar barreiras e, daí terá que se fazer composições e muitas negociatas, para se conseguir o objetivo, que isso no nosso entender é prejudicial para a sociedade catarinense.

Se os Poderes são independentes devem ser independentes na sua totalidade.

Agora, se não bastasse a Emenda nº 19, já aprovada no Congresso e que nós temos que nos submeter a ela, nós teremos agora, uma nova Emenda, que vem subscrita por um companheiro do meu Estado e também do meu Partido, o Senador Geraldo, que também traz limitações a exemplo do que já se limita para as Câmaras de Vereadores.

É por isso que eu digo se continuar essa ação devassa contra os Poderes Legislativos, sem o mínimo critério de justiça, sem serem ouvidos os legisladores, as Casas Legislativas municipais ou estaduais, daqui a pouco podemos fechar as nossas Casas Legislativas, porque não teremos mais função aqui a fazer. Por isso, caros Deputados, nós, enquanto legisladores como os Senhores, precisamos nos unir. E creio que isoladamente, nós vamos conseguir muito pouco. Mas se nos fortalecermos poderemos, quem sabe, termos a oportunidade de mostrar que o caminho não é por aí. O caminho é o caminho do diálogo, o caminho do entendimento e creio que o que os legislativos hoje, gastam, não é aquele alarde que é feito normalmente, pela Imprensa, que tem no Poder Legislativo a vitrine mais ampla, mais aberta e por isso nós somos mais expostos e estamos, ultimamente, muito vulneráveis. Acho que a Imprensa faz um papel fundamental, é necessário, é importante mas nós precisamos dizer também a verdade. Não podemos partir apenas na questão do sensacionalismo para vender a matéria que nós queremos vender. O Poder Legislativo, no nosso entendimento, é o Poder mais importante dos Poderes Constituídos. Porque para o executivo realizar qualquer ação, desenvolver qualquer ação precisa ter a lei e se não houver lei nenhum Judiciário fará qualquer ação judicial por não haver lei. Então, por esta razão, em primeiro lugar, está o Poder Legislativo e se nós que somos parte integrante dele, não atentarmos para esta questão nós vamos ficar sem poder nenhum e sem poder não adianta. E se quisermos o poder, precisamos querer. E se queremos, precisamos agir.

Então, dentro desse princípio, quero também ser muito objetivo, não tomando tempo, mas dizer da minha satisfação de, numa quinta-feira, tradicionalmente, as Sessões não têm em todas as Casas aquela “grande” pauta para a votação. Mas vejo, aqui, a presença maciça dos Srs. Deputados desta Casa, o que isso bem demonstra o trabalho, o carinho, a responsabilidade que os Senhores têm para com o povo do querido Estado do Paraná.

Apenas, aproveitando o ensejo, dizer, que a UNALE fará a sua 3ª Conferência Nacional. Vejam que nós estamos no terceiro ano do nosso trabalho, da nossa jornada em busca do fortalecimento do Poder Legislativo. E esta conferência tem como tema principal a crise brasileira e o pacto federativo. Todos nós sabemos de que estamos vivendo um momento delicado. Nós estamos vivendo realmente uma crise e a nós cabe a responsabilidade e o dever e a obrigação de buscar uma saída e se nós nos omitirmos, certamente pagaremos muito caro. Pagaremos um preço elevado. Por isso nós queremos discutir a crise brasileira e o novo pacto que precisa ser traçado pelo Legislativo e pelas autoridades constituídas.

Temos, como palestrante, ilustres figuras de renome nacional e internacional. teremos a participação de legisladores de outros países. Hoje a UNALE, também, tem assento em várias instituições internacionais. Uma delas é a Conferência do Parlamento das Américas, onde se discute, já, uma abrangência das 3 Américas. O que é melhor para a união dos continentes americanos. Então queria conclamar os Senhores Parlamentares desta Casa para que possam, numa maior representação possível, estar conosco ali, em Recife, nos dias 26 a 28, onde, entre outros assuntos também, deveremos discutir a questão da Previdência Parlamentar. É um assunto delicado, que precisa ser discutido.

E quando falamos em previdência, não é só a questão do Parlamentar. Estamos vendo com muita apreensão a reforma que foi feita na questão da previdência privada, onde hoje os Parlamentares, a partir deste mês, têm que recolher para o sistema previdenciário. Precisamos discutir a questão dos nossos comissionados que agora também terão que recolher e as Assembléias Legislativas terão que, também contribuir com a parte patronal. Mesmo que os Deputados estarão contribuindo apenas dentro dos limites, mas as Assembléias Legislativas terão que contribuir pelo total. Essa é a discussão que está se levando a efeito com muita confusão ainda, porque não se tem uma posição definida, determinada.

Por isso, queremos a participação dos senhores para discutir esta questão.

O Congresso já aprovou a extinção do fundo que existia no Congresso Nacional. E remete tudo

isso para o tesouro da União, numa grande confusão, e hoje mesmo os Parlamentares federais estão a perguntar o que vai acontecer. E precisamos então discutir, para amanhã, não termos também que lamentar a triste situação em relação a situação financeira das nossas Casas Legislativas, e a questão também da previdência não só dos Senhores Deputados, mas também dos funcionários das nossas Casas Legislativas.

Com essas palavras, quero agradecer este espaço que nos foi oferecido e me colocar a disposição para quaisquer outros esclarecimentos, que porventura se façam necessários.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência sente-se sumamente honrada com a presença de Vossa Excelência, Deputado Adenor Vieira, em nossa Casa, e concorda perfeitamente quando Vossa Excelência diz que o Deputado Orlando Pessuti tem sido o nosso representante dentro da UNALE, e por ocasião do III Encontro Nacional, esta Casa far-se-á representar por três Deputados indicados pela Casa, e que sem dúvida nenhuma nos honrarão, como tem honrado o Deputado Pessuti, à frente, como representante desta Casa na UNALE.

Concordamos e muito, com que Vossa Excelência nos expôs aqui, e acho que a união e o entrosamento entre os legisladores estaduais, nesse momento em que vive o nosso País, é de extrema importância.

Por esta razão é que nos sentimos muito felizes em termos aqui conosco, nos colocamos também a sua disposição para qualquer outro tipo de conversa e por ocasião do III Encontro Nacional, o Paraná seguramente, como tem sempre feito, estará presente neste encontro de extrema importância.

Seja bem-vindo, portanto, Deputado, à nossa Casa e nos sentimos muito felizes em tê-lo aqui conosco.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Gostaria de também adicionar ao que Vossa Excelência diz, os nossos agradecimentos ao Deputado Adenor Vieira pela sua vinda no dia de hoje, e dizer aos Senhores Parlamentares e a Vossa Excelência, que o Deputado Adenor Vieira permanecerá nas dependências da Assembleia Legislativa até por volta das 13 horas. Ele é convidado nosso para aqui permanecer para um almoço.

Estamos aguardando a chegada do Deputado Manoel Maria, que já presidiu a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, hoje é presidente da Comissão de Economia - se não me falha a memória. Ele deve já estar a essas alturas, no Aeroporto Afonso Pena, teve um pequeno atraso em Porto Alegre, e o

Deputado Adenor Vieira estará à disposição de todos os Senhores Parlamentares, em especial da Comissão Executiva, para, se for do entendimento de Vossa Excelência, uma breve reunião após esta Sessão Plenária, com Vossa Excelência e os demais integrantes da Comissão Executiva, e os Deputados que tiverem interesse, para que possamos até nos aprofundar um pouco nestes assuntos que foram expostos pelo Deputado, e para que possamos ter condições de iniciar os encaminhamentos, principalmente nessa questão da Previdência Parlamentar, já que esta Assembleia, em lei aprovada no mês de Janeiro, a PARANAPREVIDÊNCIA, colocou os Parlamentares e os integrantes, ocupantes de cargos comissionados dentro do PARANAPREVIDÊNCIA, em cima de um convênio a ser elaborado pela Assembleia Legislativa e firmado com a PARANAPREVIDÊNCIA.

Então, seria muito oportuno, já que o Deputado Adenor Vieira, dentro da UNALE, além de ser o nosso primeiro vice-Presidente, de ter sido o nosso 1º Secretário, nosso Secretário Geral, é também o Presidente da Comissão, com vistas a Previdência Parlamentar.

Então, seria oportuno, que depois da sessão pudéssemos conversar com a Comissão Executiva e com os Deputados interessados.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Ainda inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Algaci Tulio.

#### O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Saudação inicial ao Deputado Adenor Vieira, da Unale, é uma satisfação tê-lo aqui. Também a saudação hoje, porque é exatamente hoje o dia oficial do Taquígrafo.

Essa categoria de funcionário que nem sempre é reconhecida pelo trabalho que exerce num Parlamento, a nível de município de estado ou federal.

Mas que é, na verdade, o coração de uma Casa de Leis, porque são elas que pela capacidade, pela destreza, pelo trabalho e pelo curso que fizeram, agilizam a cada palavra dita desta tribuna por cada um de nós Parlamentares.

Eu queria neste momento cumprimentar, tenho certeza em nome dos demais Parlamentares, a Sonia Goretti- Coordenadora, a Maria de Lourdes, a Maria Lilian, a Geanne, a Stela, a Elisa, a Sônia, a Izabel, a Tereza, a Regina, a Patrícia, a Raquel, a Cristina, a Evani, e a Doroti e para não dizer que é um time só de mulheres, também ao Aírton que o bendito fruto desse grupo de taquígrafas da Assembleia Legislativa.



Parabéns a vocês por esta data e pelo trabalho que prestam a esta Casa Legislativa.

Senhor Presidente, venho também à tribuna, hoje, para dar satisfação do trabalho que a Comissão que foi tirada desta Casa, uma Comissão Suprapartidária, fez por ocasião do problema que sofreu a Cidade de Paranaguá, e, por conseguinte, o litoral do Estado, com relação a questão do cólera.

E trago aqui hoje, um relatório, que se não é o relatório final, porque eu gostaria ainda também, de constar desse relatório da opinião pessoal de cada um dos seus integrantes, trago aqui todos os dados e detalhes que a Comissão fez no período em que ela se instalou, esta Comissão que foi formada por este Parlamentar, pelo Deputado Nelson Justus, Deputado Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni e Hidekazu Takayama.

Um relatório do Banco Mundial sobre as condições de saneamento, saúde, educação e aids na América Latina, alerta que os esforços para melhorar as condições sanitárias na região, estão abaixo do desejado.

O uso de água contaminada por fezes depositadas em locais próximos as moradias e sem um sistema adequado de saneamento, responde por 10% das doenças dos latino-americanos.

No final dos anos 80, declarada como década para a água potável e saneamento básico, grande parte da população de países pobres continuava vivendo sem condições sanitárias adequadas.

Dos países em desenvolvimento, os governos estão dando boa ênfase a programas de imunização para combater problemas como difteria, tétano, cólera, dengue e sarampo, mas mesmo assim ainda se registram surtos e ameaças de epidemias causadas por estas doenças.

No Brasil 65% das internações hospitalares estão relacionadas com a contaminação da água e a falta de esgoto sanitário.

No ano passado foram gastos 146 milhões em internações nos hospitais do sistema Único de Saúde. Dez por cento da população não tem acesso a água. Sessenta e dois por cento das residências não possuem rede coletora de esgoto, o que ajuda o surgimento de doenças, como a diarreia e a dengue.

É uma pena que esse dinheiro que poderia ter sido usado em mais investimentos, em saneamento básico, tenha sido gasto para tratar de doenças causadas pela falta desse mesmo saneamento.

Mas, só investimento em obras desta natureza não bastam, é preciso sempre mais educar o povo, punir os que maltratam o Meio Ambiente, que em última análise - gostaria Senhor Presidente, gostaria de usar o Horário da Liderança do PTB, que última análise, terminam por maltratar a si próprios e aos seus semelhantes.

Faço esse intróito, para entrar exatamente na questão do relatório.

(Lê):

“COMISSÃO ESPECIAL DO CÓLERA

**Constituída em:** abril de 1999

**Integrantes:** Deputados Algaci Tulio, Nelson Justus, Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni, Hidekazu Takayama.

**Início dos Trabalhos:** 08 de abril

**Objetivo:** Verificar e acompanhar as ações de combate o surto de cólera que atingiu o Município de Paranaguá.

## RELATÓRIO FINAL

### 1. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

a) - Visita a Paranaguá, em 08 de abril a Comissão deslocou-se para a Cidade de Paranaguá, onde reuniu-se com o Prefeito Municipal Mário Roque, Secretário de Estado da Saúde Armando Raggio, Diretor do Centro Nacional de Epidemiologia do Ministério da Saúde Jarbas Barbosa, e o diretor Executivo da Empresa Águas Paranaguá, sendo informada da situação crítica que vem sendo enfrentada pelo Município com mais de 300 pessoas atingidas pelo cólera, como também quando as medidas que vem sendo tomadas pelos setores da saúde, e pela empresa responsável pelo abastecimento de água e rede de esgoto para deter o avanço do cólera.

b) Nessa mesma data a Comissão visitou os pontos críticos da cidade, onde foi constatada a incidência do vibrião. Acompanhados pelo Prefeito Mario Roque visitam o Canal da Nhanha, na Vila Guarani, ao Canal Ombuguaçu, ao Centro de triagem do terminal do Porto - “Chiqueirão”, a área de preservação ambiental devastada pela retirada de areia, ao “Lixão” - aterro sanitário a céu aberto a ao 9º Batalhão. A Comissão Especial encerra a visita sobrevoando a região considerada crítica.

c) No decorrer dessa primeira visita a Comissão verificou que: no Canal do Nhanha, que vem da cidade e desemboca na Baía de Paranaguá, parte está a céu aberto, sendo grande o número de habitações irregulares, não só em suas margens, como sobre o canal, vivendo na maior promiscuidade e pobreza, sendo visível a necessidade de complementação da obra de canalização, assim como a relocação dos moradores, em sua grande maioria pescadores.

d) Situação semelhante foi encontrada no Canal (rio) Ombuguaçu, que reclama por investimentos em saneamento básico e por um trabalho de educação ambiental, como relocação dos moradores.

e) No Centro de Triagem do Porto, Chiqueirão, constatou-se a existência de um único

banheiro coletivo que despeja dejetos num canal ali existente o qual vai desembocar no rio Ombuguaçu. A necessidade de obra de infra-estrutura de saneamento (esgoto) é urgente. Como também se faz necessária a implantação de um posto de saúde para atender os trabalhadores do local e, em especial, os caminhoneiros na época de safra quando caminhões carregados de cereais, vindos de várias partes do Estado, do Brasil e até do exterior, ali ficam, até dois ou três dias, aguardando para descarregar, sem nenhum acompanhamento a nível de saúde ou sanitário.

f) O aterro sanitário, Lixão, encontra-se inteiramente a céu aberto e localizado sobre a área de preservação ambiental, inclusive localizado próximo de uma indústria de laticínios, onde, em situação deveras degradante, famílias se misturam a toda espécie de insetos que infestam o ambiente, buscando restos de lixo orgânico ou reciclável.

g) Área devastada: constatou-se a existência de uma extensa área de preservação que, de forma criminosa, vem sendo explorada por particulares com a extração de areia, com a saída de aproximadamente 300 (trezentos) caminhões/dia, de acordo com o registro do Senhor Prefeito Mario Roque. O resultado dessa extração são imensas crateras, formação de cavas que formam a área de difícil recuperação.

(Sobre os itens acima anexa-se farto material fotográfico)

## 2. OUTRAS VISITAS

a) No dia 09 de abril a Comissão acompanhou a Governadora em Exercício, Senhora Emília Belinati, na visita que fez a Paranaguá, quando os pontos críticos foram visitados novamente, incluindo-se a Santa Casa de Misericórdia, onde a Senhora Governadora e os Deputados puderam conversar com os portadores do cólera ali internados, como puderam constatar a precariedade em que se encontra essa casa hospitalar que, inclusive, despeja o lixo da cozinha (restos de comida) na rede pluvial. Ainda visitou-se a regional de Saúde onde a Senhora Governadora e Deputados foram informados das ações que vêm sendo desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Saúde.

b) No sábado, dia 12, a Comissão retorna à Cidade de Paranaguá, acompanhando a visita do Senhor Governador Jaime Lerner a todos os pontos críticos da doença, quando o mesmo determinou uma ação mais eficaz da Secretaria de Estado da Saúde e da Defesa Civil.

c) Na segunda-feira, dia 14, a Comissão Especial de Deputados acompanha o Ministro da Saúde, José Serra e o Governador Jaime Lerner a cidade de Paranaguá, sendo visitado o canal (rio) Ombuguaçu e examinadas as ações desenvolvidas para conter o

surto do cólera. Na ocasião, a Comissão, juntamente com o Prefeito Mario Roque, e o Deputado Federal, Max Rosenmann, solicitou ao Ministro uma audiência em Brasília para levar as reivindicações relativas à situação do cólera.

d) No dia 15 de abril, a Comissão, representada pelo Deputado Algaci Tulio, acompanhada pelo Prefeito Mário Roque, de Paranaguá, do Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Maria Martins do Carmo, do Vereador Mário Gonçalves e do Presidente da Confederação dos Pescadores, Edmir Ferreira, deslocou-se para Brasília, sendo recebidos, na terça-feira dia 16, pelo Ministro do Desenvolvimento Urbano, Sérgio Cutolo, onde se reivindicou a ação desse Ministério na questão do saneamento básico. Ocasião em que foi entregue ao Ministério documento contendo várias reivindicações de sua área, tendo o mesmo se prontificado a mandar técnicos do Ministério para a região atingida pelo cólera para verificar de que forma poderá atender. O Senhor Ministro Sérgio Cutolo ainda sugeriu algumas formas mais rápidas de financiamento, para as obras de saneamento, junto ao BNDS.

e) No mesmo dia, às 18;30 horas, a mesma Comissão foi recebida pelo Ministro da Saúde, José Serra, quando encaminhou documento com as reivindicações referentes a sua pasta. Na ocasião o Ministro enfatizou estar impressionado com a pobreza de Paranaguá, que imaginava, por ser uma cidade do Paraná, e sendo o Porto de Paranaguá um dos maiores exportadores do País, encontrar condições diferentes e não conseguia entender tanta falta de condições, de saúde, de saneamento, de educação. Na ocasião a Comissão mostrou ao Senhor Ministro José Serra, cerca de 80 (oitenta) fotos dos pontos críticos, que o deixaram deveras impressionado e mesmo comovido, tendo hipotecado sua solidariedade, ao mesmo tempo em que determinava ao Diretor Geral do Ministério, providências imediatas a todas as reivindicações encaminhadas e, prioritariamente, à Santa Casa de Misericórdia.

f) Na quarta-feira, dia 17, a mesma Comissão foi recebida pelo Ministro da Previdência Social, Waldec Ornelas, para tratar de assunto referente as entidades sociais de Paranaguá, ocasião em que as reivindicações foram encaminhadas a Assessora do Ministro, Senhora Wanda Engel Aduan, que foi colocada a par da situação crítica das instituições sociais. Prometeu providências.

g) No mesmo dia, a Comissão foi recebida pelo Ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dorneles, quando foi entregue documento com as reivindicações dos pescadores pelo Presidente da Federação dos Pescadores, Edmir Ferreira, o qual ressaltou a precariedade em que vivem hoje mais de dois mil pescadores do litoral paranaense em razão

da proibição de pescarem, para comer ou vender. Ocasão em que o Ministro determinou que sua Assessora, Denilza Campos, providenciasse de imediato estudos para um salário emergencial para cerca de dois mil pescadores.

Muitos outros contatos foram realizados, assim como acompanhamento das ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Saúde Pública na tentativa de conter o alastramento do cólera.

### CONCLUSÃO

Do trabalho realizado por esta Comissão resultou a certeza de que muito existe no Paraná a ser feito pelo Governo como forma de prevenir acontecimentos como esse, que poderia ter sido evitado desde que se realizassem trabalhos sérios de saneamento. Constatou-se que no Paraná, só 33,64% das cidades tem saneamento, sendo que esse índice refere-se a trezentas e quarenta e duas cidades pelas quais a SANEPAR é responsável. Em 57 o setor é administrado pela iniciativa privada. Constatou-se que as condições de saneamento do litoral é a pior possível e que na região metropolitana de Curitiba a situação é bastante grave considerando que da população de 2,5 milhões de habitantes aproximadamente, apenas 47, 28% das moradias possuem hoje rede de esgoto. O número de ligações clandestinas de esgotos em toda a R.M.C. não está calculado, e o despejo diretamente nos rios, sem qualquer tratamento, é uma ameaça a saúde e ao meio ambiente. Outro grande problema existente é causado pelas invasões que, na R.M.C. proliferam dia a dia, sendo as ocupações feitas, em sua maioria em áreas de mananciais que abastecem a Grande Curitiba. Daí decorre a certeza de que até a presente data, faltou aos Governos a disposição e a vontade de enfrentar a realidade, quando explode uma epidemia, como aconteceu no caso de Paranaguá, as medidas tomadas são emergenciais. passada a crise volta-se a mascarar a realidade, o que agrava o problema. Entendemos ser preciso muita coragem para enfrentar os fatores responsáveis por epidemias como essa. É preciso enfrentar doenças, fome e ignorância através de medidas sérias e concretas. Campanhas permanentes e objetivas de informação devem ser realizadas com seriedade. Investir em saneamento básico é urgente e é assunto que deve ser acompanhado de perto por esta Casa de representantes do povo. Também há a necessidade de investir-se em saúde (vacinação, atendimento médico, etc.), em educação como forma de qualidade de vida, porque hoje não é apenas o cólera que preocupa a sociedade. Paranaguá, a mais antiga cidade paranaense, não abrigou só o cólera, lidera os casos de tuberculose e de AIDS no Paraná. Também a hanseníase continua atingindo parcela considerável

da população. Veja-se a concentração no município de Piraquara. Concluindo seu trabalho, esta Comissão Especial, julga ter cumprido com os seus objetivos contribuindo para mostrar uma realidade que não pode ser escondida, mas enfrentada com coragem, nos setores de saúde e saneamento. O que ficou é que, se o Paraná pretende ser o Estado desenvolvido que serve de exemplo para o Brasil e é admirado pelo mundo, terá que investir na saúde e no saneamento para o bem estar de sua gente. Com certeza, esse é o melhor trabalho que o Governador Jaime Lerner ou qualquer outro governante pode fazer.

ALGACI TULIO - Relator"

Sr. Presidente, era este o relatório, volto a repetir, não ainda concluído oficialmente até porque, através de ofício assinado por membros da Comissão e após cada um dos seus integrantes também aqui colocar o seu parecer pessoal, nós encaminharemos na semana que vem a esta Casa para que a Mesa diretiva receba a conclusão do trabalho desta Comissão. Tivemos o prazer de estar ao seu lado, Presidente Nelson Justus, ao lado do Deputado Ângelo Vanhoni, Hidekazu Takayama, do Deputado que nos acompanhou, pelo menos em duas ocasiões, Deputado Luiz Accorsi, e também do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Era só, Sr. Presidente.

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência cumprimenta-o pessoalmente pela maneira como conduziu os trabalhos desta Comissão, mas principalmente pela alta qualidade do teor do relatório que Vossa Excelência apresenta hoje.

Realmente concluímos todos que o Paraná ainda tem muito a fazer a nível de infra-estrutura e principalmente pelo nosso Litoral. Parabéns ao Deputado Algaci Tulio.

Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

PSC, PDT, PL, PSDB, PMDB, PT, PFL, PSB, PPB, Liderança do Governo.

### (Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da Senadora Deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 143/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos da Criança Neurológica - APAMCRIN, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 20, de 05.04.99)**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 145/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Carlópolis. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 20, de 05.04.99)**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 149/99, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Tapejara. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 21, de 06.04.99)**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 152/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Solar - ASSOLAR, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 21, de 06.04.99)**

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro 60 Alqueires - AM, com sede e foro no Município de Carlópolis. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 18, de 23.03.99)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 119/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro 60 Alqueires - AM 60, com sede e foro no Município de Carlópolis, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.997/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04-05-99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 148/99, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que altera o Art. 1º da Lei nº 11.196, de 13 de novembro de 1995 (Utilidade Pública). **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (D.A. nº 20, de 05.04.99)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 148/99

#### P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 148/99 de autoria do Deputado Ricardo Chab, que visa alterar o artigo 1º da Lei nº 11.196, de 13 de novembro de 1995.

Após análise quanto ao aspecto legal e constitucional, esta comissão nada encontrou que possa obstar a normal tramitação desta matéria.

Por estas razões, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

NEREU MOURA - Relator

#### LEI Nº 11196

Data: 23 de novembro de 1995.

#### SÚMULA:

Declara de Utilidade Pública Estadual, a Casa Oeste Espiritualista Cristã Obreiros da Paz, com sede e foro nesta Capital.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública estadual a Casa Oeste Espiritualista Cristã Obreiros da Paz, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em 13 de novembro de 1995.

(aa) JAIME LERNER

Governador do Estado

FANI LERNER

Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Mariópolis, com **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA**

**CORRETIVA DA C.C.J. Aprovado.(Publ. no D.A. nº 26, de 14.04.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 167/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Mariópolis, com sede e foro na Cidade de Mariópolis, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer FAVORÁVEL na forma de emenda corretiva para melhor adequá-lo as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA  
PROJETO DE LEI Nº 167/99

Art. 1º - fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mariópolis, com sede e foro no Município de Mariópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/99, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação do Centro Comunitário São José, bairro Jardim Graciosa, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA DA C.C.J. **Aprovado. (DA nº 26, de 14.04.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 175/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação do Centro Comunitário São José, bairro Jardim Graciosa, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda

corretiva para melhor adequá-lo as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 175/99

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Centro Comunitário São José, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Sala das Comissões, em 04.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI, com sede e foro no Município de Salto do Lontra. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 33, de 27.04.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 209/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Beto Richa, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Salto do Lontra.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6997/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento da Senhora Deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 826 a 831, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 829, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10, à hora regimental com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 014/98.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 174, 184, 185 e 191/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 119, 148, 167, 175 e 209/99.

**Levanta-se a sessão.**